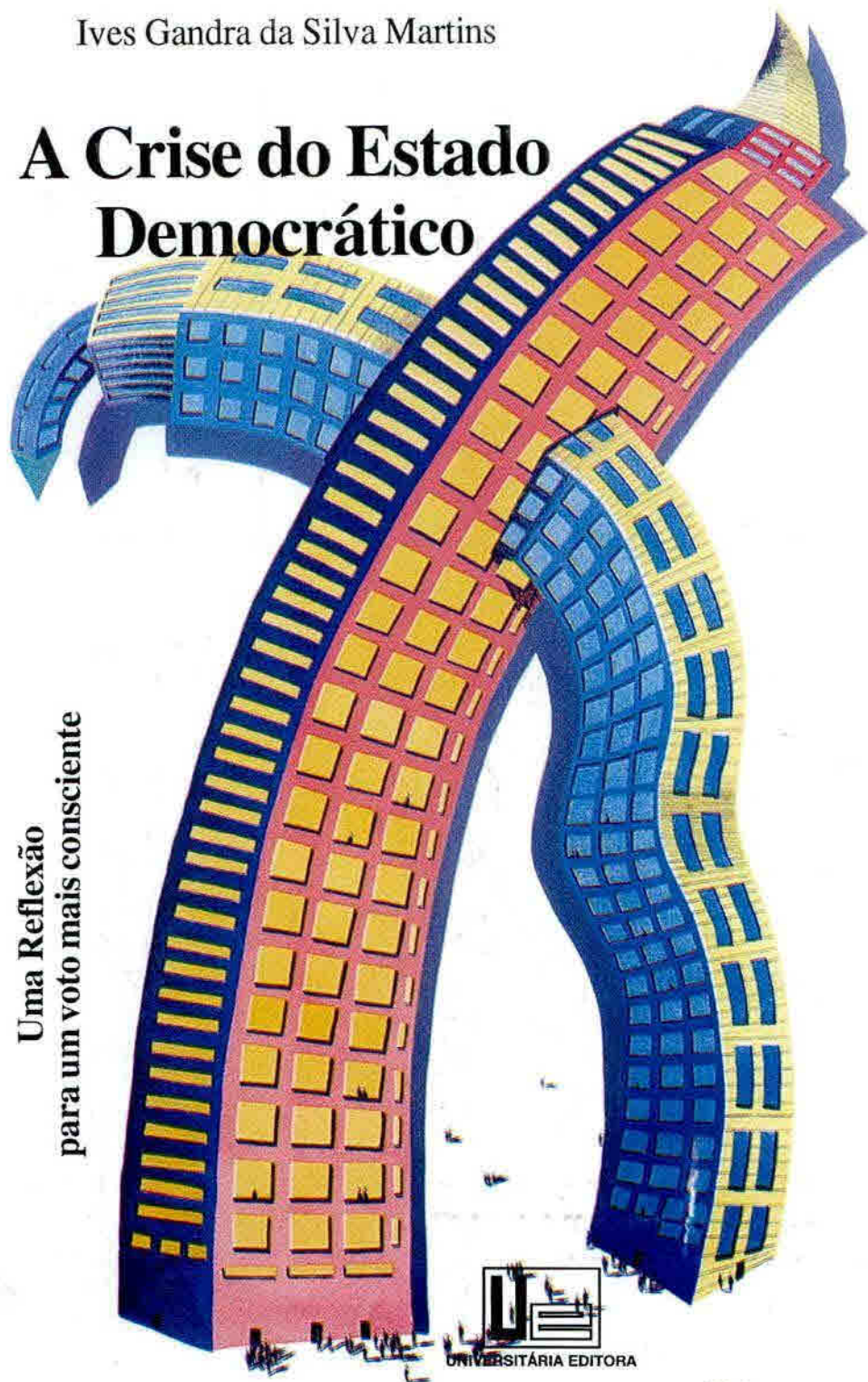


Ives Gandra da Silva Martins

A Crise do Estado Democrático

Uma Reflexão
para um voto mais consciente

Cartilha para o Cidadão Eleitor



UNIVERSITÁRIA EDITORA

Cartilha

Ives Gandra da Silva Martins

A Crise do Estado Democrático

Cartilha para o Cidadão Eleitor

**Uma Reflexão
para um voto mais consciente**



UNIVERSITÁRIA EDITORA

2006

Ficha Técnica

Título A Crise do Estado Democrático
Autor Ives Gandra da Silva Martins
Prefácio José Fernando Tavares
Edição ERL - Editora de Revistas e Livros, Lda.
Rua Camilo Castelo Branco, 23 - 6º
1150-083-LISBOA
Tel. e Fax: 21 316 24 42
Execução gráfica Total Gráfica Lda
Estrada de Camarate - Quinta de Santa Rosa, Pavilhão JLS
2685 -CAMARATE
Depósito legal 213162442
ISBN 972-700-331-1

Prefácio

CRISE DA DEMOCRACIA OU CRISE DO HUMANISMO?

**CONSIDERAÇÕES EM TORNO DAS IDEIAS DE
IVES GANDRA
MARTINS**

*José Fernando Tavares**

A interrogação acima formulada poderá parecer um tanto esgotada no contexto da problemática política que se estendeu ao longo do século XX (até porque o próprio conceito de «humanismo» deixou de fazer parte do vocabulário utilizado pela «inteligência» ocidental), mas o estado em que se encontra a vivência e a instauração do poder político nesta viragem de século e de milénio, permite-nos retomar este problema, afinal tão antigo quanto a história do homem no planeta. É

** O autor deste texto prefacial é Professor efectivo do Ensino Secundário; Professor extraordinário do Instituto Piaget de Lisboa; consultor editorial, investigador e ensaísta,*

justamente isso que nos mostra o texto do Professor Ives Gandra Martins, o qual não se afigura apenas pertinente para a interpretação do estado actual do sistema político mundial, mas também por incidir sobre um aspecto que consideramos determinante para a compreensão do problema apresentado; a nova e emergente dimensão humanística do homem contemporâneo. Suponho que será a partir deste pressuposto que o problema apresentado pelo autor a crise do estado democrático poderá ser comentado (e até desenvolvido em estudo autónomo¹) sobretudo se tivermos em conta um conjunto de ideias-mestras que nos permitirão chegar a algumas conclusões.

Entre as ideias bebidas directamente no esclarecedor (e clarividente) texto do Professor Gandra Martins, há uma que colocamos em primeiro lugar: a noção de que o Estado democrático não passa de uma mirífica ilusão. Mais do que isso: a noção de que o Estado democrático constitui uma aterradora e inquietante falácia. Justifica-se esta ilusão a partir do momento em que esse mesmo Estado não representa o desejo do povo, mas sim a vontade de quem detém o poder. Assim sendo, conclui-se que o Estado não está ao serviço das pessoas, mas sim de alguns privilegiados que se movem nas teias do poder instituído.

Outra ideia decorrente da anterior é a de que existe um divórcio (oculto, submerso no processo histórico) entre o poder, por um lado, e o povo, por outro: reside aqui uma das grandes contradições da Democracia. É

¹ Cf. o nosso livro *A Heresia Humanista - Ensaio Sobre as Paixões de Fim de Século*, Lisboa, Instituto Piaget, 2003.

também daqui que decorre uma outra ideia não menos inquietante: a de que o Estado democrático se aproxima das grandes ditaduras que configuraram o rosto da Europa, sobretudo na primeira metade do século XX, Esta é outra das contradições que jamais deveriam existir no actual processo histórico.

De que modo poderão ser explicadas estas contradições? Existirá para elas uma explicação lógica, ou deverão ser entendidas como mais um dos grandes mistérios da natureza humana? De acordo com aquilo que o texto deixa transparecer, a última contradição a que nos referimos possui uma explicação imediata, mas não menos misteriosa: aquela que nos diz que o poder gera insensibilidade. Esta possibilidade afigura-se particularmente perigosa, pois as sociedades ditas «democráticas» podem estar sujeitas, a qualquer momento, à vontade ditada pela própria loucura dos governantes. O testemunho histórico do Nacional Socialismo nazi é disso o exemplo mais flagrante para além de o próprio Hitler se ter mostrado arrependido, no final da sua vida, de ter sido «generoso» para com o povo alemão (manifesta expressão de insensibilidade e de loucura), deu-se, à volta do ditador, durante o exercício do poder, a estranha confluência de um grande número de mentes perturbadas que levaram a sua loucura e o seu fanatismo ao limite mais arrebatador e mais inverosímil. Para a loucura, porem, nada parece inverosímil, pois esta move-se num terreno manifestamente surrealista, aspecto que lhe confere uma visão distorcida da realidade. Nada, porém, se revela tão real quanto ela mesma.

No que concerne ao divórcio, a que nos referimos, entre o poder e o povo, poderemos explicá-lo através de uma fórmula simples, tal como o texto do autor nos deixa vislumbrar; no processo democrático em que se estabelece a escolha e a respectiva eleição de um novo governante, o resultado da soma entre a promessa e o compromisso é igual a zero. Esta fórmula simples tem sido repetida ad aeternum na dolorosa construção do processo democrático, de tal modo que ela pode, desde sempre, ser aplicada á história da Democracia desde o século de Péricles, o qual corresponde, justamente, ao alvor deste conceito político no Ocidente, até aos dias de hoje. Até mesmo na velha querela entre os governos ditos «socialistas» e os governos ditos «distributivos», baseados numa economia de mercado, o conceito tem sido usado como bode expiatório na doutrinação de ambas as tendências ideológicas, embora interpretado e, por assim dizer, «reciclado» consoante os interesses do poder.

Numa época em que as ditaduras já não são permitidas, a noção de «Democracia» parece estar liberta de qualquer peia que a impeça de vigorar no seio da actual civilização. Se a situação ditatorial, na sua forma autoritária e repressiva, era o símbolo de um poder absoluto, centrado na vontade de um só homem (pelo que a noção de «absolutismo», pelo menos a partir do século XVIII, passou a configurar menos uma tendência política e mais uma tendência autocrática de governo), a Democracia propriamente dita, na sua mais pura expressão, deveria ser a manifestação da vontade colectiva, unificada em uníssonos na voz

popular. A eleição de um novo governante não veícula apenas a vontade popular, mas também fez dele o seu representante, à semelhança do sacerdote que serve mediador entre Deus e os homens.

Dito desta maneira, o sistema parlamentar de governo que hoje nos assiste, afigura-se a expressão mais genuína de um estado democrático, ou seja, a expressão mais perfeita do poder, um poder que se conquista, não pela força das armas e do sangue (como acontecia na idade Média), mas sim pela sensatez e pela razão, características que conferem ao homem o mais claro sinal da sua liberdade e da sua autonomia espiritual.

A razão conferiu ao homem contemporâneo um poder que está para lá, quer da mais antiga expressão do poder monárquico, quer da autocracia governativa a que a história do século XX assistiu na sua forma mais dolorosa e mais inexorável. A razão combate a impiedade e a injustiça; a razão faz forte o homem fraco, como diria Camões; a razão justifica o grande projecto humano que está na base da civilização ocidental, a razão combate a dor daqueles que sofrem na pele o mais trágico destino da condição humana. Porém, mais doloroso ainda foi o processo de conquista desse mesmo estádio onde impera a condição racional, processo que ainda não está de todo concluído, pois a irracionalidade ainda teima em permanecer em inúmeros aspectos da vida social da actualidade. A crença no sobrenatural, a superstição dos pequenos gestos do quotidiano, o nacionalismo primário veiculado através da vitória futebolística, entre outros

aspectos inquietamos do nosso tempo, são sinais dessa gritante irracionalidade de que o homem contemporâneo ainda não conseguiu divorciar-se. Queremos com isto dizer que o terreno conquistado à razão ainda não está de todo na posse do homem ocidental: o processo poderá levar milénios a ser concluído.

Assim sendo, não podemos considerar a razão como o veículo definitivo das modernas ideologias, sejam elas de «esquerda» ou, manifestamente, de «direita». Nada é definitivo no domínio das estratégias da «razão política», pois esta jamais poderá confundir-se com a chamada «filosofia pura», aquela que os filósofos dos grandes sistemas realizaram ao longo da sua existência, e cujo pensamento ficou materializado na obra que nos deixaram. O domínio do político, porém, não se compadece com a teoria, pois há uma práxis que é inarredável da acção governativa e sem a qual nenhuma forma de poder político poderá sobreviver. É justamente na execução prática que o agente da acção política poderá levar a bom porto os princípios a que se compromete no projecto no qual diz acreditar. É a partir desta, crença que o factum político se consuma.

É neste factum que reside a grande prova, o grande desafio, o qual se impõe perante o gesto e a acção do político honesto. A seriedade política começa no ponto em que o agente da acção política começa por ser honesto consigo próprio; é dessa maneira que se tornará honesto perante o povo que governa. O texto de Gandra Martins fala-nos nesta tremenda dificuldade. Será através desta dificuldade que se explica a actual crise do estado democrático, uma crise que tende

a repetir-se num grande número de países ditos «democráticos» e cuja erradicação se afigura quase impossível de realizar. Será justo que a história nos obrigue a acreditar na preponderância do Mal sobre o Bem, ou será isso apenas um jogo maniqueísta?

Da conjugação entre o poder dos «políticos», infiéis à sua política, dos «burocratas», dos «proveitadores» e dos «corruptos», ou seja, a mesma massa por onde o poder se move e se constrói, e o próprio «povo», resulta, não apenas uma profunda clivagem sociológica, mas também um grave conflito entre duas forças contraditórias: a força terrível, demolidora, camaleónica, do poder instituído, e a força aparentemente serena, iluminada e fragilitada da razão. Deste conflito grave podemos inferir uma verdade inquietante: a ideia de que o estado democrático tende a reconfigurar esse autoritarismo e essa repressão que caracterizaram as grandes ditaduras do século XX numa nova expressão política absolutista, embora camuflada, veiculada de forma subliminar através da propaganda falaciosa, essa mesma propaganda que constrói a imagem distorcida do homem político ideal (ou seja, do «animal» político por excelência) perante a vontade popular.

O homem político, no exercício do poder, deve promover a partilha de bens entre todos os homens, pois só assim se poderá compreender o verdadeiro sentido e alcance de um estado democrático; deve ter uma formação cristã suficientemente sólida para assumir a grande missão para que foi instituído enquanto representante do poder e do povo, de modo

a que o seu gesto imediato se alicerce no altruísmo e no amor.

Estamos a falar de valores universais que os homens executam no seu quotidiano sofredor, embora a expressão humana do amor muitas vezes se confunda com outros sentimentos, bem específicos e concretos (mas não menos universais), nos quais se radicam a inveja e o ódio. Numa civilização dominada pela razão, estes últimos sentimentos não deveriam existir, mas a condição humana não se permite ao esforço de erradicação destes nefastos contra-valores.

Por outro lado, há um aspecto não menos nefasto que também contribui para essa crise do estado democrático: a própria decadência interior que se reconhece no homem comum, circunstância que transforma o povo numa massa informe, sem rosto, falha de espiritualidade mas plena de atroz superstição. Este último aspecto conduz a duas atitudes; ou à crença exacerbada num determinado político cuja imagem se apresenta favorável aos interesses populares, ou ao desinteresse total pela causa pública. Ao contemplar essa massa sem rosto, o suposto defensor da causa pública sente-se num patamar acima, instituído de uma força que o aproxima do sagrado, espécie de figura intocável e distante que se alimenta apenas do poder e da glória. O brilho do poder ofusca-o e cega-o. Nada é mais perigoso do que este brilho milenar. É nesse brilho que se emoldura a decadência das grandes civilizações. Foi a miragem da glória e da conquista que deitou a perder o aparentemente inexpugnável império romano; foi o brilho do ouro que exterminou as civilizações pré-

colombianas; foi a cobiça da posse da terra que fez naufragar frotas inteiras nas primeiras expedições oceânicas. Muitos outros exemplos poderíamos dar, mas a metáfora do brilho dos metais e das pedras preciosas sempre conduziu o homem à vertigem e à conseqüente queda no abismo, uma queda para a qual não existe retorno. Partindo desta perspectiva, não existe retorno para o desempenho de uma má acção governativa. A destituição poderá ser uma solução imediata, mas está longe de resolver o problema. A crise do estado democrático é decorrente de outra, mais profunda, mais acutilante, menos visível para o homem comum: falamos da grave crise do humanismo que o homem contemporâneo atravessa e da qual ele é testemunha, vítima e protagonista. Estamos, na verdade, muito longe dessa pureza interior manifestada pelos votos da cavalaria medieval, Estamos longe da benéfica contemplação daquilo que há de mais belo na essência das coisas e na natureza do mundo que nos rodeia: o próprio homem, na sua grandeza interior e na sua plenitude espiritual. Nem sempre a história política se confunde com a história do pensamento filosófico, ou até mesmo com a história da poesia. Porém, seria importante e fundamental que todo o defensor da causa pública fosse conhecedor, quer das palavras dos poetas quer dos grandes sistemas filosóficos, pois é neles que se encontram as chaves que abrem as portas do verdadeiro poder. Não seriam propriamente as chaves que conduzem ao reino dos céus, mas elas seriam seguramente as chaves que poderiam abrir para sempre o coração dos homens.

1

O PODER

A Crise do Estado Democrático

O Estado Moderno é um Estado mastodôntico. Seja desenvolvido, seja emergente, o Estado Moderno é mais do que a sociedade. Pesa-lhe mais do que lhe presta serviços. Não representa o desejo de seu povo, mas sim de quem detém o poder. A democracia que o caracteriza é apenas a democracia de acesso e os guardiões, que deveriam atuar em nome do povo — ou seja, a comunicação social e o Ministério Público — não o fazem. A “primeira é mais facilmente controlada pelos que detém o poder — que possuem, inclusive, mais informações — do que pela sociedade; o segundo, como faz parte do Estado, controla-o “pro domo sua”.

Acresce-se que parte substancial dos recursos que mantém a comunicação social são da propaganda oficial, do “merchandising” que beneficia o Governo nas histórias que conta sobre suas obras, à custa do dinheiro retirado dos contribuintes, pelas mais variadas formas de tributação.

A este componente de real dependência - que dá, entretanto, à comunicação social o poder de destruir ou de construir, mas que, frequentemente, lhe retira a isenção necessária para servir de pulmão da sociedade, ou por desconhecimento da matéria ou por preferências ideológicas, acresce-se uma forte tendência de valorizar os governos socialistas e desvalorizar os governos de economia de mercado, até por força de uma realidade de que os jornalistas nada têm a perder, de um lado, e a livre concorrência nada tem que ver com a ideologia propriamente dita, de outro.

A preferência ideológica pela esquerda de muitos intelectuais é, de rigor, uma preferência psicológica,

A Crise do Estado Democrático

fartamente enraizada numa inveja subconsciente, ou seja, de não se ter o mesmo sucesso que outros têm, em função da falta de criatividade, — criatividade dos outros que tem permitido o progresso da sociedade. Deseja-se retirar recursos de quem soube ganhar, trabalhando, justificando tal “ideal” com o rótulo de “distributivismo”. No que concerne aos jornalistas, todos sabem que ganham pouco e têm contato com políticos e com aqueles que ganham muito. Nada mais natural de entenderem de que se discutem e estão no mesmo nível de diálogo com os que venceram na vida, não lhes agrada que haja tanta diferença. É mais fácil, portanto, ser de esquerda nos meios jornalísticos do que de direita. Não percebem, inclusive, que só têm contacto com tais pessoas porque trabalham em jornais ou em outros órgãos de comunicação, que lhes permitem este contacto, mais do que por mérito próprio.

À evidência, os jornalistas pertencem a uma profissão digna e têm um papel relevante na sociedade. O problema reside nesta tendência, que, de resto, é mundial.

Daí resulta que a corrupção, o clientelismo, a ineficiência dos governos de esquerda têm menor repercussão que o mesmo triste fenómeno, quando ocorre nos governos de direita. Simone de Beauvoir, no seu livro “Os mandarins”, mostrava como na França do pós-guerra tudo justificava o ataque à direita, mesmo quando não merecia, e tudo justificava esconder os defeitos da esquerda, mesmo quando valeria a pena divulgá-los por uma questão de equilíbrio e de justiça.

Raramente, vimos os governos de esquerda porem em prática os teoremas “re-distributivistas”. Quase sempre a

A Crise do Estado Democrático

única distribuição que praticam tem como beneficiários seus adeptos e correligionários, que se enquistam nos governos após a conquista do poder. Como disse Ruy Falcão, inteligente e perspicaz líder da esquerda no Brasil, “não há administração pura” e as administrações de esquerda são tão impuras quanto as administrações de direita. Quase sempre, todavia, são menos eficientes.

Por outro lado, nas economias de mercado, nem sempre se tem uma visão clara dos objetivos. São, entretanto, sempre mais bem sucedidas que os regimes de esquerda, e mais geradoras de emprego, e de desenvolvimento, lembrando que os países que obtiveram maior sucesso econômico não são socialistas. Por outro lado, os governos socialistas que assumiram economia de mercado nos moldes de governos capitalistas, só conseguiram crescer quando deixaram de ser socialistas, praticando as mesmas técnicas e mecanismos dos governos liberais. Foi o que ocorreu com Portugal, Espanha, França e Alemanha cujos governos não diferem, do não socialista da Itália. De rigor, os rótulos com que conquistam o Poder são diferentes, mas a prática é idêntica. Escondem que o fracasso de todas as nações socialistas detrás da cortina de ferro, decorreu de terem acreditado que o re-distributivismo geraria emprego e que estaria na natureza humana partilhar tudo o que se tem.

O caminho para a partilha — que, a meu ver, seria justa, se fosse o homem diferente — só pode ser aberto, sob a ótica das teses socialistas, pelo princípio de que se tem que tirar recursos dos ricos — que são considerados párias — para entregá-los aos pobres, desde que sejam eles, socialistas, a administrarem tais riquezas destinadas à

A Crise do Estado Democrático

redistribuição. Tal re-distributivismo, baseado “na inveja e no ódio” aos mais ricos, jamais gerará o espírito próprio das partilhas, que têm que ter o alicerce no altruísmo e no amor. Que sim, seria justo.

Por esta razão, as entidades assistenciais sem fins lucrativos, formadas por voluntários cuja única ideologia é servir, são muitíssimo mais úteis que os “profissionais da ideologia re-distributivista” em causa própria.

Ocorre, todavia, que à semelhança dos ideólogos da esquerda, dos profissionais da conquista do poder que pretendem tirar dos ricos para dar aos pobres, exatamente aqueles recursos que são geradores de empregos, são ineficientes no trato do social e pouco altruístas, a não ser com seus fiéis correligionários. Por outro lado, os ricos, infelizmente, só trabalham para o social quando têm os faróis da mídia e da comunicação a afagar suas vaidades, desdobrando-se, açuladamente, para frequentar as páginas das revistas e dos jornais, em que exibem, como pavões, os sinais exteriores de suas riquezas.

Nada melhor, para estimular a inveja da esquerda, do que o fútil exibicionismo da direita rica, as mulheres ostentando plásticas rejuvenescedoras, roupas caríssimas e frequentando festas fenomenais e os homens acolitando esta folclórica manifestação de futilidades e desperdícios. E, de rigor, esta classe social composta de invejosos da esquerda e de exibicionistas da direita, vai se tornando, juntamente com aqueles que exercem o Poder, ou seja, políticos e burocratas, um enorme peso morto que a sociedade deve suportar, além do Estado e do governo que são apenas os próprios detentores do poder e jamais o próprio Poder.

2

OS POLÍTICOS

A Crise do Estado Democrático

Uma das características do Estado Mastodôntico da atualidade é a sua classe política.

Quase todos os políticos têm projetos pessoais e utilizam-se de seus eleitores para realizá-los. A demagogia é a essência da sua pregação. Já não se importam em ser transparentes ou altruístas, mas apenas em impressionar bem.

A imagem do político não é construída a partir de sua atuação como homem público, mas aquela que o assessor de imprensa, o homem da publicidade, denominado “marqueteiro” da mídia, constrói.

Nada é tão distante do político atual quanto a imagem dele que os homens de mídia por ele contratados edificam perante o público e que deve ser seguida à risca para que tenha viabilidade eleitoral.

Em outras palavras, o eleitor vota não no político como ele é, mas na imagem dele produzida por especialistas em ilusões. Criam um herói cinematográfico e vendem esta imagem, como se fosse de um idealista dedicado à pátria e aos interesses da comunidade.

Uma vez eleito, seu compromisso com o eleitorado deixa de existir e só o retomará, novamente, nos últimos meses de seu mandato para, novamente contratando os “especialistas da ilusão” - muitas vezes “os especialistas da mentira” —, venderem sua imagem de dedicado cidadão e agente público exemplar.

Em qualquer país do mundo democrático e especialmente no Brasil, os melhores marqueteiros são os que vencem as eleições e são disputados a peso de ouro.

A Crise do Estado Democrático

À evidência, o compromisso do marqueteiro e com sua profissão, “vender ilusões”; não tem nenhuma vinculação com os ideais dos candidatos que “produz”.

Basta estudar a trajetória, por exemplo, de um dos mais bem sucedidos marqueteiros do país, que elegeu, em um pleito, um típico candidato da direita e, depois, tendo recebido proposta profissional melhor da esquerda, elegeu um típico candidato da esquerda, sendo considerado profissional imbatível. É bem possível que se for contratado para dirigir a campanha de qualquer animal do zoológico, certamente, o elegerá sem dificuldades.

Por esta razão, é que a democracia, no mundo, é uma singela democracia de acesso, tanto mais frágil quanto mais o regime vincular-se às soluções presidenciais e não parlamentares.

É que, no sistema parlamentar de governo, a alternância no poder e mais rápida e só nele permanece o político consistente. Margareth Thatcher governou a Inglaterra 11 anos e apenas perdeu por ter acreditado que o aumento de tributação seria irrelevante. O povo reagiu e ela foi derrotada.

Na democracia de acesso, todavia, o povo é iludido pelo político exclusivamente voltado a projetos pessoais; no exercício de mandato, é apenas o representante de si mesmo.

No Brasil, o estelionato eleitoral representado pela; possibilidade de troca de partidos — quase todos os candidatos só foram eleitos pelo acréscimo dos votos de sua legenda — demonstra a absoluta falta de ética do regime e de cada eleito, que, apropriando-se dos votos dos não eleitos do seu partido, leva-os para o outro, apenas

A Crise do Estado Democrático

em função de seu exclusivo interesse pessoal. A pátria e os eleitores que se danem.

A ética que se dane. O que prevalece é exclusivamente sua ambição pessoal de crescer, de ter cargos, de ser alguém e exercer o poder “pro domo sua”.

O político — a maioria, visto que há sempre algumas exceções — é alguém que faz do carreirismo fisiologismo e infidelidade partidária seu ideal de vida, razão pela qual, por pensar somente em si e pouco nos representantes e na pátria, não auxilia o desenvolvimento da nação, nem a solução dos grandes problemas.

Dir-se-á que esse é um mal necessário da democracia, pois, de tempos em tempos, deve correr novamente atrás de novos eleitores, mas, para tanto, conta sempre com os marqueteiros de ocasião.

Estou convencido de que é profissional o político egoísta — muitos dizem ser um pleonasma enfático - como é, de forma mais dramática, o ditador déspota, no estilo de Fidel Castro, Saddam Hussein ou Pinochet. Há de se convir, entretanto, que a verdadeira democracia está longe do retrato que os políticos da atualidade no mundo inteiro apresentam — decididamente um péssimo retrato. E a democracia atual é apenas menos ruim que a ditadura.

3

OS BUROCRATAS

A Crise do Estado Democrático

Outro aspecto a conformar o Estado Mastodôntico é o papel dos burocratas. Os servidores públicos de carreira. Aqueles que entram no serviço público, muitas vezes, vivem sem maior interesse pela sociedade e pensam apenas em sua aposentadoria para gozar, com folga, o repouso futuro.

São, de rigor, como diria Alvim Toffler, na Terceira Onda, os integradores do Poder. Os políticos só governam, alicerçados em sua ação.

Quase sempre oferecem muita resistência a qualquer mudança. Acostumados dentro de determinadas rotinas, a mudança causa-lhes calafrios e são os primeiros a tentar bloqueá-las. Sua concepção é casuística, em que o cargo dá dignidade à pessoa. A grande maioria é honesta, mas atribui à administração pública — que confundem com o poder — um papel mais relevante do que à própria sociedade.

Neste aspecto reside o grande problema. O burocrata pensa que a sociedade está a seu serviço. E, à evidência, seu poder, no tempo, confunde-se com seu direito.

Como os políticos passam e os burocratas permanecem, são eles os verdadeiros formuladores das políticas governamentais, principalmente nos países parlamentaristas.

Integram o poder, com que, normalmente, se identificam, e terminam confundindo seus próprios interesses com aqueles da Nação, em confusão que reduz a cidadania a expressão inferior.

Concursados ou escolhidos para serem “servidores públicos”, como determina a expressão, no mais das vezes,

A Crise do Estado Democrático

passam a exercer o poder burocrático como se coubesse a nação servi-los, e não eles à nação. O povo é que acaba estando à disposição destes detentores do poder, através de tributos ou das exageradas exigências burocráticas, criadas para aumentar seus quadros e justificar sua ação, em muitos casos, desnecessárias e inibidoras das potencialidades da sociedade.

Os governantes, políticos e burocratas, quase sempre agem de comum acordo. E cada alteração de poder, pelos políticos, não corresponde a idêntica alteração por parte dos burocratas, que deixam os quadros funcionais em menor número do que aqueles que neles entram pelas mãos de novas administrações. E os concursados, efetivados e estáveis não há, sequer, como pensar em afastá-los.

Por melhor que seja o burocrata, o tempo leva-o a identificar-se mais com o poder do que com a sociedade, de tal maneira que quase sempre atende ao cidadão com o ar de superioridade, como se tivesse o poder de vida e de morte sobre os “governados”.

Hart, em seu livro “Concept of Law”, explica que, nos Estados Democráticos, as leis são feitas para serem aplicadas a governantes e governados, mas, como são feitas pelos governantes, quase sempre são aplicadas contra os governados e a favor dos governantes.

De rigor, é o que ocorre com a burocracia.

E a burocracia não profissionalizada, isto é, formada pelos correligionários dos partidos vencedores, é ainda pior, na medida em que tais burocratas só se tornaram burocratas por interesse político e não por vocação funcional. E, neste caso, a identificação com o poder é

A Crise do Estado Democrático

muito maior. São, em verdade, os verdadeiros senhores da máquina administrativa, nos países onde não há burocracia profissionalizada.

O melhor caminho para reduzir os efeitos nocivos da identificação do burocrata com o poder reside na denominada “burocracia profissionalizada”, em que a carreira funcional e o mérito no seu exercício, assim como a antiguidade, é que promove o agente público, levando-o, portanto, a maior cautela e maior respeito à sociedade. O certo, todavia, é que, no Brasil, não temos burocracia profissionalizada, a não ser nas carreiras militares e no Itamaraty. Os cargos de confiança, que são os mais altos da Administração Pública, são preenchidos por pessoas que, quase nunca são funcionários de carreira, mas ligadas aos políticos.

Esta experiência não tem sido boa.

4

OS APROVEITADORES

A Crise do Estado Democrático

A democracia, como a ditadura, são sistemas de governo em que viscejam os aproveitadores. Aqueles que, através da bajulação, pequenos ou grandes golpes, interesses e, algumas vezes, ações condenáveis, aproximam-se dos poderosos.

Entre estes, se distinguem, em primeiro lugar, os correligionários. Aqueles que fazem da militância política utilitária seu objetivo de vida. Não têm prestígio para concorrer às eleições, mas suam a camisa para conseguirem ser lembrados pelos vencedores. Não têm, por outro lado, competência para exercício de cargos de confiança, como Ministros ou Secretários de Estado. Sua especialidade, como as hienas que acompanham os grandes predadores, é usufruir da carniça política. Os restos do “butin”, as benesses do poder, vendendo, a partir daí, influências, como se fossem os próprios governantes.

Nas ditaduras, a visibilidade de tais aproveitadores é maior, visto que não há controle externo.

Nas democracias, eles são mais engenhosos, mais astutos, mais perspicazes. Vivendo projetos próprios e não os da nação, não pensam em outra coisa senão em enriquecer, mantendo-se à tona, razão pela qual sua fidelidade política não é maior do que foi a fidelidade conjugal de Messalina. São a escória dos governos, em vestes alcandoradas. Seu prestígio é tanto maior, quanto mais próximos estejam do poder e possam ganhar a confiança dos governantes, como Iago conseguiu a de Otelo.

Uma segunda classe dos aproveitadores são os marqueteiros. Os que fabricam os candidatos. Nada é menos

A Crise do Estado Democrático

verdadeiro que o candidato produzido para uma eleição pelos marqueteiros. Fabricam estereótipos com o único intuito de vender uma imagem de homem impoluto, pai e cônjuge exemplar, cidadão prestante, por mais imprestável que seja. São os “vendedores de mentiras”, dos quais os políticos atuais não podem prescindir para ganhar as eleições. E sua má influência é necessária, visto que a democracia moderna é uma democracia apenas “de acesso ao poder” e não de exercício de mandato e permanente controle por aqueles que o outorgaram.

Os marqueteiros têm duas funções: manter incólume seu candidato e destruir o candidato oposto. Balançam entre suas duas habilidades maiores, ou seja, a mentira e a distorção. Seu poder é letal e quanto mais eficientes sejam suas mentiras, mais letais. E são admirados por este seu talento, que serve a democracia de acesso, que nada tem a ver com a real democracia do povo, aquela que permite ao povo, exercer permanente controle de seus representantes.

Uma terceira categoria de aproveitadores são aqueles que financiam as campanhas para depois usufruírem da partilha do “butin”. No Iraque, os 500 milhões de dólares oferecidos pelos financiadores da campanha Bush foram recuperados com contratos de 8 bilhões de dólares. Tais aproveitadores sabem que o financiamento de campanha é um investimento necessário para conseguir polpudos contratos públicos, posteriormente.

No Brasil, a permanente dispensa de licitação por razões de urgência quase sempre beneficiam os financiadores de campanha, principalmente daqueles partidos, que, na oposição, se apresentavam como

A Crise do Estado Democrático

paladinos da moralidade. Os paladinos da moralidade só o são quando militam na oposição. Na situação, são sempre patrocinadores da imoralidade.

Tal corja de aproveitadores faz contratos milionários e quase sempre os cofres públicos pagam a tais fornecedores do poder mais do que qualquer empresa privada, a todo momento espoucando, graças ao controle da mídia, escândalos em que parte do “dinheiro do povo” retorna, não para as burras públicas, mas sim para o bolso dos detentores do poder.

Um quarto tipo de aproveitadores são os que buscam o emprego oficial, não por mérito próprio, mas por serem amigos dos poderosos.

A Constituição do Brasil, por exemplo, impõe concurso público para acesso a cargos públicos, mas as exceções relativas aos cargos de confiança e as assessorias especiais são tantas, que não há governante que não traga uma legião de aproveitadores para partilhar o poder.

Tais aproveitadores querem o emprego público e, para tanto, “competência e a ética” são substituídas por “amizade e bajulação”, títulos mais importantes para participar dos governos do que quaisquer outros. Por isto, um correto servidor de carreira, que não faça política, termina sua vida pública como chefe de seção, enquanto o bajulador do poder poderá chegar aos postos mais altos da Administração e, dependendo de sua capacidade camaleônica de mudar de preferências — de governo a governo para se manter no poder — poderá ser alçado a Ministro de Estado.

Outros “espécimes” de aproveitadores existem, tendo preferido, todavia, apenas descrever, neste curto capítulo, apenas alguns deles.

5
OS CORRUPTOS

A Crise do Estado Democrático

A política leva muita gente à corrupção. O poder público também. Burocratas e políticos correm sérios riscos de resvalarem para a corrupção. Nela se inclui, também, a corrupção afetiva, o nepotismo, as concessões por vaidade humana, além do que é mais comum, a corrupção pura e simples por dinheiro.

Cristo teve 12 apóstolos. Um deles o traiu. Era exatamente o que cuidava da bolsa, manipulava o dinheiro. Pode ter sido uma coincidência, mas, em face do livre arbítrio que Deus outorga a todos os seus filhos, foi ele mau usado. E vendeu Cristo por dinheiro, tendo se arrependido — não como Pedro — e, no desespero, cometeu um segundo ato tresloucado, o suicídio. Poderia ter ainda sido um grande santo, como Agostinho, mas escolheu o modo errado para penitenciar-se.

Lord Acton ao dizer que o Poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente não fez senão afirmar o óbvio.

Um dos aspectos interessantes da corrupção reside na gradativa insensibilidade que o corrupto vai adquirindo, como o drogado, nos seus desvios de conduta. E, mais do que isto, como se vai justificando. O político, quantas vezes não amortece sua consciência dizendo: “Se graças a mim tanta gente ganha, por que não ficar com um pouco do que os outros ganham?”

Hitler, no dia 27 de abril de 1945 — isto é, 3 dias antes de seu suicídio — fez observação anotada por seus biógrafos, segundo relatos daqueles que ficaram no “bunker” com ele, que serve para mostrar a insensibilidade

A Crise do Estado Democrático

que o poder vai gerando. Disse: “Se de alguma coisa tenho que me arrepender é de ter sido tão generoso com as pessoas”.

Saddam Hussein não permitia a corrupção em seu governo. Clientes meus que trabalharam no Iraque, diziam-me que não havia o menor risco de corrupção. O corrupto era simplesmente eliminado. O grande problema é que ninguém discutia qualquer condição imposta pelo poder, pois o monopólio de tudo pertencia ao sanguinário ditador, o que vale dizer, não havia corrupção, mas o “preço” das contratações públicas era exclusivamente determinado pelo detentor do poder.

Todos os preços públicos são maiores do que os preços privados, no mundo inteiro, porque neles está incluído o preço da corrupção. Os corruptos recebem uma porcentagem paga por fora, quase sempre em contas bancárias nos paraísos fiscais, para permitirem a vitória nas licitações, o mais das vezes, dirigida pelas administrações públicas.

Campos Salles foi um presidente brasileiro que entrou rico na política e saiu pobre. A grande maioria dos políticos — que só vivem de política e com subsídios e vencimentos parcos, se comparados aos padrões internacionais — entram pobres na política e dela saem ricos. A corrupção é difícil de se combater, pois a manipulação de seu patrimônio — o declarado — cabe aos mestres da contabilidade e das operações forjadas, quando não de lavagem de dinheiro.

Nunca se falou tanto em ética no mundo inteiro e nunca se viu tantos problemas espoucarem nesse campo, diariamente, desvendando corruptos, na burocracia e na política.

A Crise do Estado Democrático

Muitos entendem que o surgimento de escândalos e a descoberta da corrupção demonstram uma evolução na humanidade, visto que, à época das monarquias absolutas, a divulgação desses acontecimentos seria impossível e, quando desvendados, objetivavam eliminar os indesejáveis para o Poder.

O fato é uma realidade que decorre, de certa forma, da democracia. Quem luta pelo poder, deseja-o a qualquer custo, tentando obtê-lo pela desmoralização do adversário, colocando uma lupa sobre suas ações para detectar qualquer gestão indigna, e desmascará-la, com o que, nesse tipo de democracia, que é a arte de se conquistar o poder pela desqualificação do inimigo, consegue-se reduzir — nunca eliminar — o nível da corrupção.

É bem verdade que há uma conotação ideológica. Quando os órgãos responsáveis pelo combate à corrupção têm preferências ideológicas, passam a ser seletivos. Lutam para descobrir a podridão dos que tenham ideologia diferente e escondem a podridão dos que pensam como eles, tornando-se — mesmo que não recebendo dinheiro do poder — corruptos de outra espécie, ou seja, “corruptos ideológicos”.

São os “corruptos ideológicos” os mais perigosos. Simone de Beauvoir, em seu livro “Os Mandarins” mostra como a esquerda francesa procurava esconder as atrocidades de Stálin, apesar de ser “idealista”, em matéria de dinheiro.

Política e corrupção. Poder e corrupção. Burocracia e corrupção. São características permanentes dos homens que dominam os povos, considerando-se mais dotados que a plebe para subir na vida, à custa dela.

6

O POVO

A Crise do Estado Democrático

O povo pouca atuação consciente tem, nos destinos dos governos. Seja nas ditaduras, seja nas democracias.

Nas democracias, à evidência, há um verniz de atuação, reduzida à participação na escolha dos governantes, que, todavia, é fantásticamente manipulada pelos marqueteiros da ocasião. Em outras palavras, qualquer candidato a cargo eletivo, mesmo que sem expressão, tem seu retrato forjado pelo “marketing” político e não pelo que realmente é.

A manipulação para a conquista do poder é a característica maior da democracia de acesso, sendo, o verdadeiro eleitor dos candidatos, seu homem de comunicação social. A obra do candidato, seu desempenho, sua personalidade, são quase sempre reconfigurados para melhor, pelo marketing político.

O povo não manda, nada decide, tudo suporta.

Grande parte dele não tem condições de julgar o que é verdade e o que é mentira nas campanhas eleitorais.

Nos países emergentes, a incapacidade popular é ainda maior e a manipulação mais fácil.

Conforme o grau cultural ou as tradições dos povos, como ocorre, por exemplo, com a gente mulçumana, as manipulações podem gerar fanatismo e dependência a líderes carismáticos.

Nestes países, os que controlam a opinião pública são os que auxiliam aos governantes a governar, independentemente do povo e quase sempre, como mostrei nos capítulos anteriores, “pro domo sua”.

Não significa, todavia, que o povo não seja manipulado, nos países desenvolvidos.

A Crise do Estado Democrático

As fortunas que se gastam nas campanhas eleitorais são ainda maiores do que nos emergentes e a elite dos grandes grupos empresariais, sindicais e de interesses corporativos da Administração terminam por conduzir as eleições não necessariamente para o melhor, mas quase sempre para o candidato que contratou o melhor publicitário. Quem decide a eleição, pois, não é o povo, mas o homem da propaganda.

À evidência, na medida em que o povo se educa, as manipulações não podem mais ser “lineares” e “simplórias”, mas terão que ser necessariamente, “sofisticadas”, detectando o ponto fraco dos candidatos adversários e as aspirações do povo.

Prometer, em política, não compromete. Todos os candidatos sabem que seu compromisso com o programa de campanha é nenhum. Por isto prometem tudo e não cumprem quase nada. O povo tem consciência de que alguma coisa está errada, mas deixa-se levar, por falta, talvez, de lideranças autênticas ou de capacidade de resistir, de agir ou de disponibilizar tempo para tratar de política.

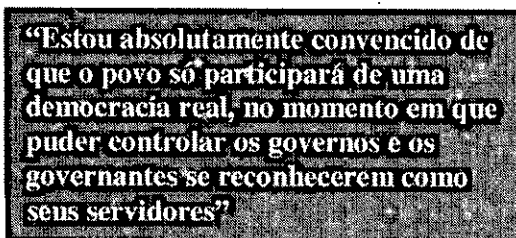
A omissão das elites e a permanente incapacidade do povo de distinguir entre “marketing” e “verdade”, além da falta de mecanismos jurídicos para controle dos detentores no poder, tornam a sociedade, de rigor, mero instrumento de domínio dos políticos.

Por esta razão, talvez, é que prestar serviços públicos não seja a primeira preocupação dos governantes, mas sim a de manter o poder a qualquer custo, sendo certo que, se houver tempo e se o dinheiro não for totalmente desperdiçado, algo se fará, de preferência obras de “visibilidade eleitoral”, mais do que de conteúdo cívico.

A Crise do Estado Democrático

Desta forma, uma “obra faraônica”, que dê visibilidade, é mais importante do que multiplicar pequenas escolas para educação do povo, visto que seu “retorno político” é pequeno.

O povo, em outras palavras, é apenas um elemento da atuação dos políticos, para ser manipulado em causa própria, valendo, os programas sociais, apenas para promovê-los



“Estou absolutamente convencido de que o povo só participará de uma democracia real, no momento em que puder controlar os governos e os governantes se reconhecerem como seus servidores?”

Em verdade, todos os governantes são apenas e exclusivamente “servidores” do cidadão. Não são seus senhores feudais. Devem-lhe respeito. Devem-lhe prestar contas por sua representação, o mais das vezes, medíocre e indevida. E devem honrar o mandato recebido de acordo com o programa apresentado na campanha eleitoral.

Na democracia que idealizo para meu país, o cidadão deveria ser o senhor absoluto de todos os direitos sobre os governantes e estes, apenas seus servidores. Quem quisesse, como nas ordens hospitalares da Idade Média, servir ao povo, deveria abdicar de seus privilégios e ter como meta o bem da sociedade e não o próprio bem. Caso contrário, seria melhor continuar, fora da política e do governo, pois o serviço público exige “sacerdotes” e não “aproveitadores”.

A Crise do Estado Democrático

Estou convencido de que, na verdadeira Democracia, quem merece o tratamento de “Sua Excelência” é o cidadão. Não o agente público, quer seja ocupante de cargo administrativo ou eletivo, eis que sua presença nos quadros de qualquer dos poderes só se justifica enquanto sirva ao povo, e nunca quando passe a usufruir do poder como coisa própria, perseguindo inimigos e privilegiando amigos.

Na verdadeira Democracia, os direitos individuais deveriam ser garantidos por governos preocupados na promoção da sociedade. Apenas no dia em que os cidadãos tiverem consciência de que são mais importantes do que qualquer burocrata ou político, é que poderão implantar o verdadeiro regime democrático. Até lá, serão apenas “administrados”.

São Paulo, 20/12/2004



Ives Gandra da Silva Martins, renomeado jurista brasileiro com reconhecimento internacional, é professor emérito das universidades Mackensie, Paulista e da ECEME - Escola de Comando do Estado Maior do Exército.

Presidente do Conselho da Academia internacional de Direito e Economia, é membro das Academias de Letras Jurídicas, Brasileira e Paulista, Internacional de Cultura Portuguesa (Lisboa), Brasileira de Direito Tributário, Paulista de Letras, dentro outras.

Ao longo da sua notável trajectória, recebeu vários prémios: Colar de Mérito Judiciário sos Tribunais de S.Paulo e do Rio de Janeiro, Medalha Anchieta da Câmara Municipal de São Paulo, Medalha de Mérito Cultural Judiciário do Instituto Nacional de Magistratura e da Ordem do Mérito Militar do Exército Brasileiro, apenas para mencionar alguns. Já participou e organizou mais de 500 congressos e simpósios nacionais e internacionais, sobre direito, economia e política.

O Professor Ives Gandra é autor de mais de 40 livros individualmente, 150 em co-autoria e 800 estudos sobre assuntos diversos, como direito, filosofia, história, literatura, e música, traduzidos em mais de dez línguas em 17 país.